



## GT 059. Projeções Sociopolíticas e Agenciamentos Coletivos no Mundo Rural

Marisa Barbosa Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Delma Pessapha Neves (Professor permanente do PPGA UFF) - Coordenador/a

Assistimos hoje, no mundo rural, a uma efervescência de processos e sujeitos distintos que, redelineando configurações, exprimem transformações nesse amplo universo social. Populações rurais vivenciam processos políticos que envolvem a redefinição de identidades e papéis sociais, pautados em direitos específicos ou fundamentais e na luta pela conquista de patrimônios materiais e imateriais. Outras, nesse mesmo quadro social, deslocam-se na tentativa de repor condições de vida sob relativa autonomia. Ou ainda gerenciam diversas restrições, por tais razões estimulando filhos a se constituírem por diferentes inserções produtivas. Esses investimentos exigem a construção de diversas formas de posicionamento político e inserção social, de articulações de saberes específicos, sobretudo construídos para a ação coletiva e para convivência em universos sociais em disputas. Essas populações têm ainda investido na produção de seus próprios mediadores, muitos destes, para tal exercício, negociando com porta-vozes de quadros institucionais. Interessa-nos reflexões e esquemas conceituais que permitam o entendimento da complexidade dos processos de transformação social no mundo rural, principalmente os que envolvem as construções identitárias, diferentes territorialidades, os modos e adequação e de reconfiguração produtiva e as formas de sociabilidade. Igualmente nos interessam processos que explicitem a fluidez de fronteiras e redefinições sociais pela elaboração de recursos de mediação.

### **De pidões, casas e vizinhos: a produção da vida e dos assentamentos rurais em São Paulo**

**Autoria:** Nashieli Cecília Rangel Loera

A região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo é, como os sem-terra dizem "a capital dos assentamentos", a porção do estado, que nos últimos 30 anos teve o maior número de terras distribuídas pelo Estado brasileiro. Um assentamento rural nesta região está intimamente vinculado a outro através de uma rede de pessoas (parentes, amigos, conhecidos) e de casas, que se estendem no tempo e no espaço. Este work busca explorar etnograficamente mecanismos sociais que fazem possível a vida em comum e a existência destes espaços mutuamente interconectados. Um deles é a prática, comum entre os assentados, do "pedir coisas", é através da constância no "pedir" que os novatos ou recém assentados, passam de "pidão" a se tornarem vizinhos, categoria nativa que traduz um conhecimento sobre o que o outro precisa, quando precisa, e que pode/deve dar em troca. Para isto, no caso de alguns assentados, manter sua antiga casa na cidade, situação comum nesta região, se torna uma espécie de poupança, que pode ser uma vantagem no circuito de trocas entre os assentados. A casa guarda objetos, alimentos que podem resolver uma necessidade imediata ou serem trocados, por exemplo, para resolvê-la. Esta prática, a de "pedir" como tentativa constante de "produzir vizinhança" (por assim dizer) e que envolve o que meus interlocutores chamam de consideração, uma espécie de cuidado com o outro, vai além do cotidiano dos assentamentos, pois é reproduzida na relação com representantes do movimento sem-terra, com os fazendeiros locais, e com representantes de órgãos institucionais encarregados da distribuição de dons do Estado e políticas públicas.



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

